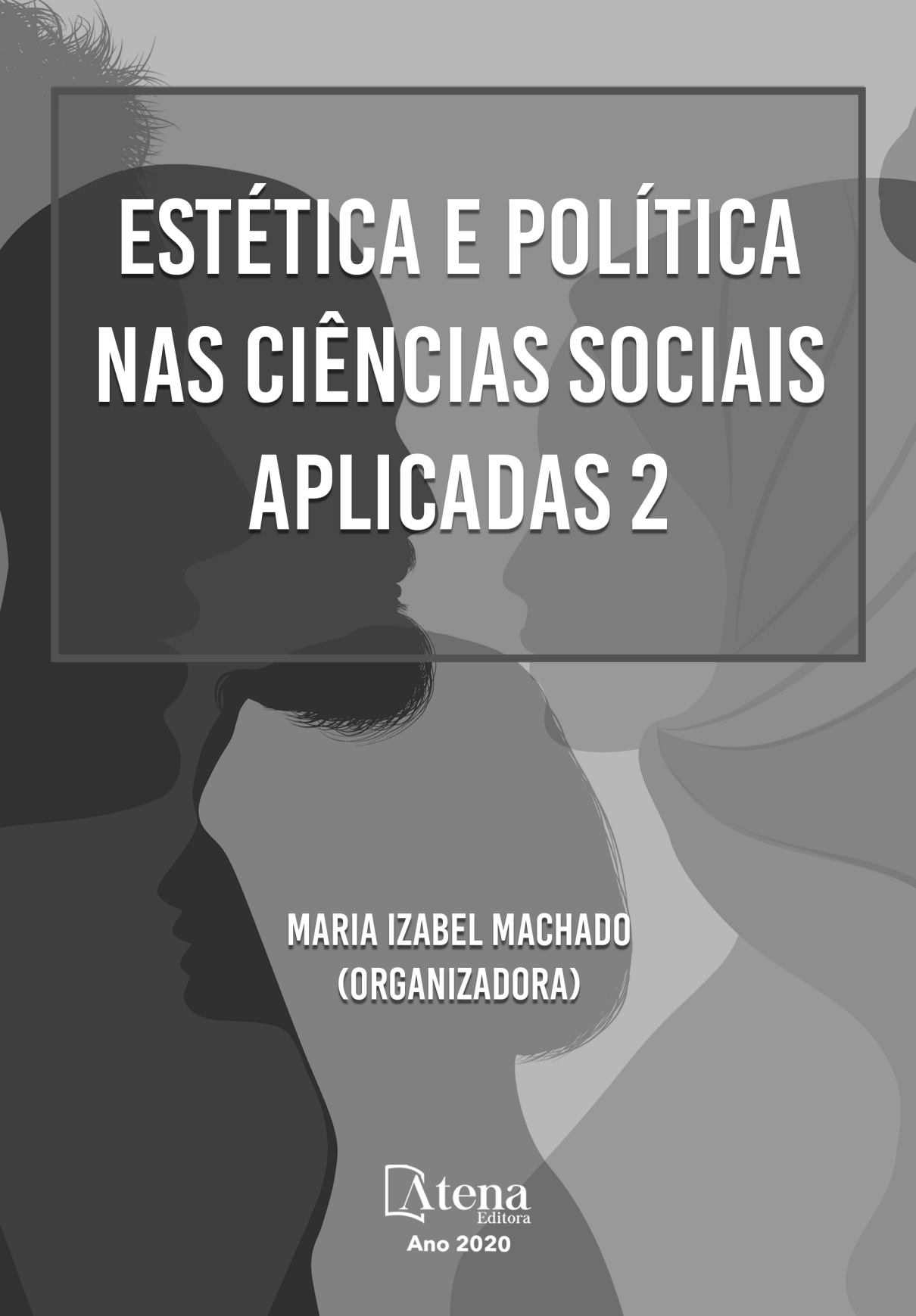


# **ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2**

**MARIA IZABEL MACHADO  
(ORGANIZADORA)**

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**



# **ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2**

**MARIA IZABEL MACHADO  
(ORGANIZADORA)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Maria Izabel Machado

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

E79 Estética e política nas ciências sociais aplicadas 2 /  
Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-597-6

DOI 10.22533/at.ed.976201811

1. Ciências Sociais Aplicadas. 2. Estética. 3. Política. I.  
Machado, Maria Izabel (Organizadora). II. Título.

CDD 300

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

## APRESENTAÇÃO

A obra “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas 2” tem como foco principal apresentar discussões, debates e análises que transitam entre representações, modos de vida, urbanidade e análises socioeconômicas.

O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que transitam nos vários caminhos da análise de mídias à estudos de viabilidade empresarial.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país, contando ainda com uma colaboração internacional. Em comum aos trabalhos temos a linha condutora de pensar caminhos possíveis no direito, na vida urbana, na viabilidade econômica de empresas e medias cidades.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo diálogo interdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas.

Deste modo a obra “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas 2” apresenta um conjunto interessante de capítulos que contaram com diferentes abordagens metodológicas e um amplo panorama teórico conceitual, oportunizando ainda aos leitores um passeio pelas diversas instituições aqui representadas por seus autores e autoras. Convido então, cada um e cada uma a esse passeio pelas páginas e seus conteúdos.

Maria Izabel Machado

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DA ABORDAGEM MÍDIÁTICA DO MASSACRE DA CANDELÁRIA

*Gisele Ferreira Kravicz*

**DOI 10.22533/at.ed.9762018111**

### **CAPÍTULO 2..... 10**

O CAMPO RELIGIOSO: A IGREJA CATÓLICA E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA REPRESENTAÇÃO

*Gisele Ferreira Kravicz*

**DOI 10.22533/at.ed.9762018112**

### **CAPÍTULO 3..... 21**

O CAMPO PEDAGÓGICO E OS SUJEITOS DO ENSINO JURÍDICO: NOVOS PERCURSOS PEDAGÓGICOS PARA O CURSO DE DIREITO

*Ana Cristina Tomasini*

**DOI 10.22533/at.ed.9762018113**

### **CAPÍTULO 4..... 32**

GASTRONOMIA TÍPICA: IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS POTENCIAIS PARA BUSCA DE REGISTRO EM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IGS)

*Fátima Regina Zan*

*Juliana Rose Jasper*

*Rosângela Oliveira Soares*

*Cláudio Gabriel Soares Araújo*

*Alice Leoti Silva*

*Carmen Regina Dorneles Nogueira*

**DOI 10.22533/at.ed.9762018114**

### **CAPÍTULO 5..... 42**

CONTROLE E ENRAIZAMENTO SOCIAL DA VIDA ECONÔMICA NA ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS/RJ: UMA ABORDAGEM À LUZ DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

*Diná Andrade Lima Ramos*

*Lamounier Erthal Villela*

**DOI 10.22533/at.ed.9762018115**

### **CAPÍTULO 6..... 60**

TENDÊNCIAS RECENTES DOS ESTUDOS DE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO NA MICRORREGIÃO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, CONGONHAS-MINAS GERAIS

*Mariza Ferreira da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.9762018116**

### **CAPÍTULO 7..... 75**

ANÁLISIS CORRELACIONAL ENTRE MIGRACIONES, VALORES Y ESTILOS DE VIDA

*Víctor Renobell Santaren*

Silvia Fuentes de Frutos

**DOI 10.22533/at.ed.9762018117**

**CAPÍTULO 8..... 93**

**AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL**

Geovana Aparecida Pires Chagas

Jucilene Nazaré

Elizangela Aparecida Scarpim

João Francisco Morozini

**DOI 10.22533/at.ed.9762018118**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 106**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 107**

# CAPÍTULO 1

## A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DA ABORDAGEM MÍDIÁTICA DO MASSACRE DA CANDELÁRIA

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Gisele Ferreira Kravicz**

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar como as discussões de violência envolvendo crianças e adolescentes ganharam visibilidade na mídia brasileira a partir do massacre da Candelária. A metodologia utilizada tem como pressuposto a pesquisa qualitativa, a qual busca compreender e analisar os significados presente no mundo social. Realizamos um levantamento bibliográfico por meio de uma revisão de literatura livros, artigos e materiais disponíveis na internet e que estão diretamente relacionados a temática do massacre da Candelária. Foram catalogados e analisados os materiais online publicados: jornais e revistas que veicularam as notícias sobre a chacina. Utilizamos como recorte temporal para amostragem as principais matérias disponíveis na internet desde 1993 até 2012, tendo como pressuposto metodológico as matérias veiculadas desde o massacre até sua repercussão nos dias atuais.

**PALAVRAS - CHAVE:** Massacre da Candelária, mídia e violência.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze how discussions of violence involving children and adolescents gained visibility in the Brazilian media from the massacre of Candelária. The methodology used is based on qualitative research, which seeks to understand and analyze the meanings

present in the social world. We conducted a bibliographic survey through a literature review of books, articles and materials available on the internet and which are directly related to the theme of the massacre of Candlemas. Published online materials were cataloged and analyzed: newspapers and magazines that carried the news about the slaughter. We used it as a time frame for sampling the main articles available on the internet from 1993 to 2012, with the assumption methodological material published from the massacre to its repercussion today.

**KEYWORDS:** Candelária massacre, media and violence.

### INTRODUÇÃO

O massacre da Candelária foi um dos acontecimentos que ganharam visibilidade na mídia nacional e internacional na década de 90 no país. Este artigo tem como ponto de partida abordar como a mídia retratou a questão da violência contra a criança e o adolescente.

O objetivo, portanto, consiste em analisar como as discussões de violência envolvendo crianças e adolescentes ganharam visibilidade na mídia brasileira a partir do massacre da Candelária. Ainda busca compreender como a questão da violência foi abstraída pela mídia em um dado momento histórico e conjuntural do país.

A partir desta questão podemos apreender a dinâmica entre as correlações de

forças presentes na sociedade e a busca pelo enfrentamento constante diante da violência e da negação dos direitos relacionados a criança e o adolescente.

## DESENVOLVIMENTO

A violência contra criança e adolescente é marcada historicamente no Brasil como um fenômeno social. Definir a violência não é determinar apenas um atributo, mas sim uma associação de determinantes que compõe o seu simbolismo. De acordo com o Dicionário de Filosofia, a violência pode ser compreendida como “Ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. 2. Ação contrária à ordem moral, jurídica ou política. Nesse sentido, fala-se em ‘cometer’ ou ‘sofrer’ V.” (ABBAGNANO, 2007, p. 1002).

Ainda a violência pode ser definida como sendo:

[...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...] (CHAUI, 2012, p.?).

A violência, portanto, pode ser considerada como um fenômeno multifacetado, o qual “[...] não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado.” (ABROMOWAY, 2002, p. 27).

Podemos apreender a violência como sendo direta, indireta e simbólica. É direta quando ocorre um dano a integridade física dos sujeitos: homicídios, genocídios, guerras, dentre outras. A violência indireta a qual engloba as ações coercitivas e agressivas que pode ocasionar dano psicológico e emocional aos sujeitos. A violência simbólica compreende as relações interpessoais e pessoais incitadas pelo poder, cerceando a liberdade e a ação dos sujeitos.

A violência contra a criança e o adolescente possui algumas representações sociais<sup>1</sup> que foram construídas ao longo da história e demarcadas por elementos econômicos, sociais, culturais e de classes.

No Brasil os meios midiáticos estiveram a serviço dos interesses hegemônicos das classes que detinham o poder, atreladas as lideranças políticas. Assim, observa-se que ao:

---

<sup>1</sup> Partimos do pressuposto utilizado por Moscovici para definir representações sociais como sendo elementos que não são criadas pelos sujeitos isolados, mas são partilhadas por diferentes sujeitos. Assim, “[...] elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

[...] determinarem quais temas terão destaque nas discussões na esfera da sociedade, tornam-se o fiel da balança com poder, por exemplo, para fazer prevalecer políticas públicas de segurança com perfil repressivo ou preventivo. Portanto, muito mais que fomentador do comportamento violento de um cidadão, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma definitivamente seu papel à frente dessas questões (NJAINÉ, 2012, p. 73).

Dentre os acontecimentos que antecedem o massacre da Candelária está o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) este movimento surgiu em 1985, sendo uma entidade sem fins lucrativos, compostas por educadores, ativistas e voluntárias. O movimento tinha como pressuposto de que a criança e o adolescente são sujeitos em condição de desenvolvimento e, portanto, é necessário realizar uma ação levando a informação e propondo o debate a meninos e meninas que vivem nas ruas, despertando a consciência de seus direitos. O MNMMR foi uma das organizações que articulou, mobilizou e colaborou para a realização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a Constituição Federal de 1988, o Art. 227 fomentou os princípios que norteariam o ECA e dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2002, p. 127).

Aliada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, materializa em 13 de julho de 1990 o ECA, considerado um dos grandes avanços na garantia de direitos e deveres para as crianças e adolescentes.

Desta forma, temos como ponto de partida o massacre da Candelária o qual foi um marco na história do país e no rol das violências contra as crianças e adolescentes, mobilizando a opinião pública internacional e a nacional.

Na construção dos acontecimentos que marcaram aquela noite de 23 de julho de 1993, ainda não há uma narrativa contundente sobre as reais situações que desencadearam a violência.

Naquela sexta-feira, um grupo de policiais (militares e civis), supostamente integrantes de grupos de extermínio no Rio de Janeiro. Atiraram em 50 crianças e adolescentes que dormiam em frente a Igreja histórica da Candelária no Centro do Rio de Janeiro. Neste massacre 8 crianças e adolescentes morreram e dois ficaram feridos. A violência ganhou repercussão primeiramente Internacional e posteriormente nacional, sendo a capa da Revista Veja no dia 28 de julho de 1993: O massacre dos meninos. Na revista encontramos a matéria intitulada “*A chacina das crianças da Candelária: Sete*



*meninos de rua são assassinados no Rio, o país se revolta, mas muitos aplaudem o fuzilamento”* a reportagem relata como o massacre ocorreu na noite da sexta-feira.

Cerca de 50 crianças e adolescentes dormiam em frente a Igreja quando dois carros pararam em frente procurando um dos adolescentes, na negativa do adolescente estar entre o grupo que dormia, os policiais atiraram, atingindo 07 crianças. Após o ataque aos meninos na Candelária, a cerca de 500 metros outras duas crianças foram mortas e uma ficou ferida, entre eles o jovem Wagner dos Santos de 22 anos que foi uma das testemunhas que posteriormente reconheceu os policiais envolvidos. De acordo com o Jornal Folha de São Paulo:

Segundo depoimentos de sobreviventes, pelo menos cinco homens desceram de dois Chevettes e atiraram. Quatro garotos morreram no local e outro no hospital. Mais duas crianças e um jovem foram mortos na praça Mauá. A chacina ocorreu quando cerca de 50 crianças dormiam sob uma marquise, em frente à igreja da Candelária (27 de agosto de 2004- Cotidiano)

Os motivos que envolveram o massacre não foram esclarecidos, havendo hipóteses sobre este acontecimento. Dentre elas de que na noite anterior, policiais tiveram suas viaturas apedrejadas pelas crianças e adolescentes que dormiam no local, conforme a exposição do Jornal:

Na quinta-feira à tarde, um rapaz conhecido como Neilton, 19 anos, foi preso na Candelária vendendo 3 latas de cola de sapateiro, que entorpece o cotidiano sem horizontes de crianças que vivem nas ruas. Houve confusão, os meninos jogaram pedras contra um carro da Polícia Militar, quebrando o vidro lateral traseiro e ferindo no rosto um soldado (Revista Veja, 28 de julho de 1993, p. 17).

A outra hipótese seria de que os policiais faziam parte de um grupo de extermínio e que estes foram contratados para “higienizar” o centro histórico onde situava a Candelária. Esta hipótese vem ao encontro do relatório anual divulgado pela Anistia Internacional duas semanas antes do massacre, a Anistia denunciava a morte de crianças e adolescentes no Brasil e atribuía os crimes a grupos de extermínio e a policiais. Desta forma, o massacre ganhou repercussões internacionais, antes de atingir a opinião pública no país.

Em 1993, ano do massacre o país transitava por diferentes transformações políticas, econômicas, sociais. O processo de democratização do país a partir de 1985 traz em conjunto uma ampla articulação dos movimentos sociais.

O MNMMR ganhou força na luta pelos direitos da criança e do adolescente. Em 1987 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte, um grupo de trabalho buscou que a Nova Constituição (1988) garantisse direitos fundamentais as crianças e adolescentes. Assim, vários órgãos governamentais, judiciário, ministério público mobilizaram a sociedade civil e todo o país para a efetivação do ECA.

Os avanços viabilizados pelo ECA também concretizam como um marco legal nas

Políticas Públicas, pois possibilitou o reordenamento institucional com a implantação de Conselhos de Direito, Tutelares e a articulação como o Sistema de Garantias de Direitos, isto é, o poder local deve estar voltado para as vulnerabilidades relacionadas a estes sujeitos.

No cenário mundial ocorreu nos dias 28 e 29 de setembro de 1990 em Nova Iorque a elaboração de um Plano de Ação com o tema da “Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança”, o objetivo deste plano era de assumir compromissos sobre a infância, possibilitando um futuro melhor as crianças, este evento contou com líderes mundiais dentre as metas estabeleceram: combater a desnutrição, o analfabetismo e erradicar as doenças que poderiam comprometer a saúde das crianças.

O Brasil nos inícios dos anos 90 passava pela crise econômica, o então presidente Fernando Collor de Mello implementou em seu governo o Plano Collor, a abertura extensiva do mercado nacional a importações gerando uma grande recessão econômica, posteriormente por meio do impeachment renunciou ao cargo em 1992, sendo sucedido pelo seu vice-presidente Itamar Franco.

A economia internacional também foi marcada pelas crises cíclicas do capitalismo, com o Consenso de Washington a perspectiva neoliberal impõe um conjunto de idéias políticas e econômicas do sistema capitalista, buscando a defesa do livre comércio e mínima intervenção do Estado para que os países possam se desenvolver.

Entretanto, verificamos que mesmo com a lei instaurada, a violência ainda contra a criança e o adolescente fazia parte do cenário do país. De acordo com a Revista Veja em 1992 no Brasil em média 4,2 crianças e adolescentes foram mortas no Brasil, no Rio de Janeiro 424 crianças e adolescentes foram mortas, no primeiro semestre de 1993 foram 320. Calcula-se que em 1993 havia no Brasil 1 milhão de crianças e adolescentes vivendo nas ruas. Estes dados refletem não somente o descaso com a situação da infância e da juventude como também a negação da cidadania e dos direitos humanos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 90 expôs que a violência contra a criança e o adolescente nas metrópoles urbanas foi a proporção de mortes nos casos de homicídios, suicídios e outros acidentes, “[...] na faixa etária de 15 a 19 anos, subiu de 63% para 68%. A região Sudeste tem a maior taxa, onde 73% dos óbitos dessa faixa etária estão relacionados a causas violentas” (IBGE, 2001, p. ?).

Diante deste contexto em que o país se encontrava algumas das hipóteses levantadas sobre o massacre foram que os policiais envolvidos pertenciam a um grupo de extermínio, expõe a Revista Veja: “Atribui-se a maioria desses crimes a grupos de extermínio formada por policiais militares e bancadas por comerciantes, empresários da hotelaria e do turismo que ressentem a delinquência praticada por muitos menores de rua” (1993, p. 21).

A mídia foi outro ator que se fez presente, a qual pode exercer um papel fundamental no agendamento das políticas públicas a partir da cobertura e exposição de crimes,

violências e qualquer forma de violação de direitos. No caso do massacre da Candelária, para os autores RAMOS e PAIVA:

O acompanhamento do caso da mídia, inclusive internacional, impulsionou a investigação até a condenação de alguns policiais (embora o processo tenha denúncias de irregularidade) e tornou o caso um marco na história da cidade. (2007, p. 23).

As relações de forças presentes neste contexto parte do pressuposto de que o discurso sobre a criminalidade foi atribuído as crianças e adolescentes que viviam nas ruas, a matéria da Revista *Veja* veiculada sobre o massacre informa que segundo o “Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e pelo Núcleo de Estudos da Violência de São Paulo indicam que a maioria das crianças mortas não tinha antecedentes criminais nem envolvimento comprovado com drogas.” (1993, p. 21).

A partir desta questão podemos observar alguns elementos: ausência efetiva do Estado em garantir as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social por meio de políticas públicas eficientes condições dignas de sobrevivência.

Outra questão, é a necessidade de mudança do paradigma com o ECA, como todo processo exige uma construção, as crianças e adolescentes deixavam de ser compreendido como sujeito em situação irregular para sujeitos de direitos. A estigmatização aliada ao pré-conceito contra as crianças e adolescentes que viviam nas ruas e que sofreram esta violência, embora tenha ocasionado indignação e mobilizado órgãos, entidades e do Estado, ainda para uma parte da sociedade não viram o massacre como uma violência, conforme expõe a Revista *Veja*:

A sexta-feira não foi só de espanto e indignação. Trouxe à tona a patologia da violência. A partir das 17h15 o governo do Estado veiculou em rádios e emissoras de televisão um apelo para quem soubesse de algum fato contribuíssem para a elucidação da chacina ligasse para o telefone 220-6442. Na primeira hora ligaram 25 pessoas, duas com denúncias sobre a matança. Mas o dobro delas telefonou para festejar a brutalidade. Diziam coisas do tipo: ‘Deveriam ter matado todos’, ‘Esses pivetes têm que morrer’. ‘Ainda foi pouco, deveriam arrancar a cabeça deles’(1993, p. 18).

A mídia embora tenha exercido um papel fundamental fomentando a visibilidade do crime e denunciando o massacre, nem sempre possuiu está postura. É necessário que as situações de violência contra a criança e o adolescente sejam contextualizadas e não apenas citadas, expostas e em muitos casos utilizadas como mercadoria, para satisfazer a curiosidade do leitor. Pois, “[...] entendemos que a imprensa é um local privilegiado para a análise da disputa pela hegemonia social, pois, cada vez mais intervém abertamente na orientação da opinião pública” (FREIRE e CARVALHO, 2008, p. 160).

Para Michaud, a mídia precisa de acontecimentos e os torna sensacional, a medida que a violência incide como uma carga de ruptura “[...] é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou

atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas” (1989, p.49).

As apresentações pertinentes em alguns jornais posteriormente enfocam o massacre, resgatando o simbolismo que este representou, conforme a Agência Brasil:

Mães de vítimas da violência policial e representantes de instituições de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes participaram no início da tarde de hoje (23) de uma manifestação para lembrar os 18 anos da Chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho de 1993 em frente à igreja homônima no Rio de Janeiro. De braços dados, reunido diante da igreja, no centro do Rio, em torno da cruz com os nomes dos oito jovens mortos na chacina, o grupo de mulheres exibiu fotos de seus filhos desaparecidos, orou e soltou balões grafados com a palavra paz (23 de julho de 2011).

Em outras notícias podemos encontrar ainda as formas de redenção a partir da violência sofrida como no caso do título da matéria apresentada pelo Jornal O Fluminense: *“O pastor, que escapou da morte com 14 anos, era menino de rua desde os seis. Filho de um lar desfeito, Rodrigo procurava na rua o que não tinha em casa. Não morreu, por acaso”* (grifo nosso), ressalta a matéria:

Após superar o trauma e o histórico de pequenos delitos e abuso de drogas, Rodrigo hoje ajuda jovens a sair das ruas e do mundo do crime, através de um trabalho social na cidade de São Gonçalo (Jornal O Fluminense, 22 de janeiro de 2012).

A criminalização das crianças e adolescentes que foram vítimas da violência é outro elemento que se faz presente nos jornais levantados. Desta forma, a mídia não apenas referência o massacre como estabelece que algumas daquelas crianças e adolescentes passaram de vítimas a agentes de violência, conforme expõe o Jornal do Brasil: *“Investigadores da 59° DP (Duque de Caxias) prenderam, na tarde desta segunda-feira (26) Rogério da Silva, de 35 anos, um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, sob a acusação de tráfico de drogas”* (26 de setembro de 2011). Outro caso que teve repercussão nacional foi o sequestro do ônibus 174, realizado por Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente do massacre. Os aspectos de violência, criminalidade e agressividade foram realçados pela mídia e ocultam a falta de políticas públicas. Após o massacre, quais foram as oportunidades que estes jovens tiveram?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a história de violência contra crianças e adolescentes, observamos que a mesma se mantém conjugada aos interesses de classes hegemônicas, norteadas por valores arraigados de exclusão e negação do outro enquanto sujeito. A mídia é utilizada, muitas vezes, como um órgão de controle social e não é neutra, mas defende os interesses ideológicos de determinadas classes. Para FREIRE e CARVALHO:

[...] as repetidas falas da mídia sobre a cobertura do fenômeno da violência, em detrimento de outros fatos sociais, não é uma escolha alheatória, ao contrário induz o próprio interesse do leitor pelo assunto, e o estimula a consumir seu conteúdo, que se torna um produto lucrativo (2008, p. 152).

A busca em desvelar estas relações que desenvolvemos no decorrer deste artigo, não centraliza no enfoque de culpabilizar a mídia como instrumento de estigmatização do fenômeno da violência, mas reforça o modelo pelo qual a notícia é exposta, desde a descontextualização das matérias, seja pelo desconhecimento da história de vida dos sujeitos envolvidos como pela carência de informações. Incluir estas informações nas matérias possibilitaria uma nova forma de ver o fenômeno da violência, contribuindo para que estas discussões se tornem pautas no agendamento das políticas públicas e também para a (des)construção do discurso sobre a violência.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

AGÊNCIA BRASIL. **Manifestação lembra os 18 anos da Chacina da Candelária**. Disponível em: [http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2011/07/23/Brasil/Manifestacao\\_lembra\\_os\\_18\\_anos\\_da.shtml](http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2011/07/23/Brasil/Manifestacao_lembra_os_18_anos_da.shtml). Acesso em 24 de janeiro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29 edição. São Paulo, Saraiva, 2002

CHAUÍ, M. **Contra a Violência**. Disponível em: < [www2.tjce.jus.br:8080/.../contra-a-violencia-marilena-chau1.doc](http://www2.tjce.jus.br:8080/.../contra-a-violencia-marilena-chau1.doc) > Acesso: 12 de janeiro de 2012.

FREIRE, S. M.; CARVALHO, A. S. **Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3944/3208>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

IBGE. Brasil termina o século com mudanças sociais. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtml> > Acesso em 24 de janeiro de 2012.

JORNAL DO BRASIL. **Sobrevivente da Chacina da Candelária é preso por tráfico**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/massacreemsp/candelaria.shtml>- Candelária.> Acesso em 24 de janeiro de 2012.

JORNAL O FLUMINENSE. **O pastor, que escapou da morte com 14 anos, era menino de rua desde os seis. Filho de um lar desfeito, Rodrigo procurava na rua o que não tinha em casa. Não morreu, por acaso**. Disponível em: <<http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/policia/solidariedade-na-trindade>> Acesso em 28 de Janeiro.

MICHAUD, YVES. **A Violência**. São Paulo: editora Ática, 1989.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003.

NJAINÉ, K. Violência na Mídia. Disponível em: < [www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_04.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_04.pdf)> Acesso em: 30 de janeiro de 2012.

PAIVA, S. R.; RAMOS, S. **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, 2007

PARANÁ. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Legislação Social**: instrumento de garantia de direitos. Curitiba, 2004.

RAMOS, S. (Org.). **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

REVISTA VEJA. **A chacina das crianças da Candelária**: Sete meninos de rua são assassinados no Rio, o país se revolta, mas muitos aplaudem o fuzilamento”. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> 28 de julho de 1993. Acesso em 30 de janeiro de 2012.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 10, 1, 3, 4, 5, 6, 7

### B

Bens Simbólicos 10, 11, 14, 15, 20

### C

Campos Sociais 12, 13

Candelária 10, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9

Catolicismo 10, 11, 20

Cidade Região 68

Comportamento 3, 18, 45, 46, 47, 54

Conflito 43, 44, 50, 52, 53

Contabilidade 104, 105

### D

Direito 9, 10, 2, 3, 5, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 42

### E

ECA 3, 4, 6

Empresa Religiosa 15

Ensino-Aprendizagem 23, 26, 27, 29, 31, 106

Ensino jurídico 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Escala de Urbanização 60, 62

Estilo de vida 76, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 88, 89, 90

### G

Gastronomia 10, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41

Gastronomia Regional 32, 33

Geografia Urbana 60

Gestão Financeira 93

Gestão Social 42, 44, 56, 57, 58, 59

### I

Igreja Católica 10, 10, 11, 19, 20

Indicação Geográfica 10, 32, 36, 37, 41

## **L**

Legitimidade 10, 14, 15, 51

Liquidez 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104

## **M**

Metropolização 10, 60, 64

Mídia 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9

Migrações 66

## **P**

Periurbanização 60, 62, 63, 68, 69

Práticas Pedagógicas 27

## **R**

Recursos Produtivos 42, 43

Rentabilidade 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104

Representação 10, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 37, 58

Rurbanização 65, 66, 67, 68

## **T**

Território 33, 35, 37, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70

Turismo 5, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59

## **U**

Urbanização 50, 53, 60, 62, 67, 68, 69, 70

## **V**

Violência Contra Crianças 10, 1, 7



# ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 